

ATA Nº18

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 30 de junho de dois mil e vinte.** -----

-----Ao trigésimo dia do mês de junho de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e vinte e quatro minutos, através de sistema de videoconferência, e em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 09/06/2020;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: COVID 19 ISENÇÕES;** -----

-----**PONTO TRÊS: ALIENAÇÃO DE TERRENOS – GAFANHA DA BOA HORA;** -----

-----**PONTO QUATRO: CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL E LIMPEZA URBANA - AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES - MUNICIPIOS DE ALBERGARIA-À-VELHA, OLIVEIRA DO BAIRRO E VAGOS – CPI 2/2020.** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Xavier Prior Neto, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana Barreira e Sérgio Domingos em substituição de Maria Pedro Silva eleitos na lista do PSD; -----

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Paulo Alexandre Ferreira Malta, António Bastião em substituição de Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Iguamente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e

Maribel Julião, em representação de Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Maria Pedro Silva, Patrícia Neves Ferreira, Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 09 de junho de 2020.** -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata, da sessão realizada no dia nove de junho de dois mil e vinte, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- O senhor Presidente fez alguns esclarecimentos relativos à realização desta sessão. Como se sabe a Assembleia Municipal tem cinco sessões ordinárias, que se realizam em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro. Com a situação da pandemia foi publicada a Lei n.º 1-A/2020 que quanto à sessão ordinária de abril, estendeu o prazo para a sua realização, não fazendo qualquer referência à sessão ordinária de junho. São vários os entendimentos e pareceres em relação à obrigatoriedade de realizar a sessão de junho e a Assembleia Municipal de Vagos entendeu por bem realizá-la. Entretanto, senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre os dias nove e trinta de junho de dois mil e vinte. Fez referência a uma troca de correspondência entre o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente do Turismo Centro de Portugal sobre um assunto abordado na última sessão da Assembleia Municipal, referente à publicação de um Roteiro Mariano, pelo Jornal Expresso, e ao facto de não aparecer qualquer referência ao Santuário de Nossa Senhora de Vagos. O senhor Presidente da Câmara Municipal enviou um e-mail para o senhor Presidente do turismo Centro de Portugal onde manifestou o desagrado por essa falta de menção na referida publicação. O senhor Presidente do Turismo Centro de Portugal respondeu ao senhor Presidente da Câmara lamentando o sucedido e pediu desculpas em relação a esse lapso. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas das senhoras Deputadas Maria Pedro Silva e Patrícia Neves Ferreira e do Senhor Presidente da Junta, Fernando Julião, à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e começou por fazer referência ao Posto Médico de Covão do Lobo que é uma situação que o preocupa bastante e, por isso, lembrou uma notícia que saiu no Jornal O Ponto. Na referida publicação estava escrito que o Posto Médico de Covão do Lobo é quase que como uma Unidade em fim de linha. O senhor Presidente de Junta, não percebeu muito bem o que é que isto quer dizer e, por isso, pergunta ao senhor Presidente da Câmara se pode explicar o que é que isto quer dizer. Outra questão que abordou prende-se com a estrada do entroncamento Fonte de Angeão-Covão do Lobo, ou seja, aquela situação mantêm-se há quase dois anos em obras, e não se sai das obras. Há buracos por todo o lado e por trinta metros de estrada andasse todos os dias em conflito com as pessoas e pede que se veja com o empreiteiro o que é que se pode fazer para minimizar esta situação e o que é que está a atrasar o término da obra. Entretanto, deixou um agradecimento à vinda da senhora Ministra da Coesão Territorial, Dr. Ana Abrunhosa, e a todos quantos tornaram possível a sua vinda a terras de Fonte de Angeão. -----

----- O senhor Deputado Paulo Malta usou da palavra e referiu que hoje, trinta de junho, foi a data que o senhor Presidente da Câmara deu para o término da estrada Rines -Sanchequias. Entretanto, as obras estiveram paradas devido à pandemia e na última sessão o senhor Deputado questionou o senhor Presidente sobre esta situação, mas na altura ainda não havia tido qualquer informação ou pedido de prorrogação do prazo. Neste sentido, pergunta se neste momento já tem alguma informação sobre o término da obra, se já foi dado algum prazo por parte do empreiteiro. A segunda questão que colocou prende-se com os orçamentos participativos que ainda estão em falta, ou seja, pergunta o ponto de situação e o que é que se passa com estes projetos. Já passaram dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove e há dois projetos que se encontram por concluir, nomeadamente Santo André e Ponte de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e interpôs o senhor Presidente da Câmara relativamente à organização das Autocaravanas na praia da Vagueira. Neste momento atravessa-se uma fase em que parece que as férias irão decorrer mais em autocaravanas, o que se prevê um negócio em crescimento e, por isso, o senhor Deputado quer saber em que pé é que está a regulamentação das Autocaravanas na praia da Vagueira. Relativamente às obras da estrada Rines-Sanchequias pergunta se não há possibilidade daquela fiscalização, que em sua opinião não fiscaliza coisa nenhuma, ser mais eficiente. Há uma fiscalização que está a ser paga para fiscalizar que não fiscaliza. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que no passado dez de junho à noite andou um camião com um conjunto musical a atuar ao vivo deixou algumas perguntas: perguntou porque é que o evento apareceu a ser transmitido em direto no facebook do Município? Qual foi o contexto da celebração? Porque é que o camião só passou em Vagos e na Vagueira? Se a Câmara Municipal teve custos com o evento e, em caso afirmativo, quanto é que custou? Entretanto, referiu-se mais uma vez à falta que faz uma rede de transportes públicos no Concelho. No entender do senhor Deputado podiam haver rotas e horários para todos os serviços públicos no Concelho, para as zonas industriais e, no verão, rotas para as praias. Estes tipos de serviços já

existem noutros locais e nada tem a ver com a CIRA. Uma vez que a Câmara Municipal tem de pensar no bem-estar das pessoas e devia ver estes exemplos. O senhor Deputado teve conhecimento de que a Câmara Municipal adquiriu uma viatura por sete mil e quinhentos euros e perguntou que carro é este. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que percebe os constrangimentos que possam existir com as sessões da Assembleia nestes moldes, mas sugere que numa próxima sessão se prepare, atempadamente, condições para que o público possa também participar, se assim o entender. Portanto, organizar-se com a devida antecedência os meios técnicos necessários por forma a incluir na ordem de trabalhos a intervenção do público, como sempre aconteceu nas sessões da Assembleia Municipal, porque é muito importante ter a participação das pessoas. Outra questão que referiu prende-se com uma fotografia que viu publicada nas últimas semanas, a propósito da Assembleia Municipal, com o projeto da remodelação do Palacete Visconde de Valdemouro. O senhor Deputado gostou muito da maquete, foi a primeira vez que a viu, não se recorda se alguma vez veio à Assembleia Municipal ou não, mas em reuniões em que participou não veio com toda a certeza. Tendo em conta o projeto, e tendo em conta a importância do Centro Cultural considera que devia haver uma boa discussão sobre essa obra que espera ser uma realidade para o Concelho de Vagos, atendendo à sua importância. Entretanto, deixou duas questões suscitadas pela análise do portal da contratação pública. Uma delas tem a ver com a beneficiação e reparação dos arruamentos na Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e a pergunta é se dez mil euros, o valor dessa contratação, são suficientes para resolver os problemas que se conhecem naquela localidade e que obras é que estão aqui incluídas, o que é que vai ser feito num futuro próximo. Também em termos de contratação verificou que o sistema de controlo de acesso e pagamento para uma zona reservada a Autocaravanas na praia da Vagueira mereceu uma verba de quarenta mil euros. O Parque de Autocaravanas é um problema que tem, pelo menos, quinze anos, com promessas diversas, nomeadamente também do anterior Presidente da Câmara, e a verdade é que toda a gente entende que faltam infraestruturas de saneamento, higiene, energia e água. É muito importante ter aquele local, e que aquele local tenha condições condignas. Outra situação que abordou prende-se com uma questão que ouviu no programa “Alô Presidente”, há dias, em que o senhor Presidente da Câmara referiu que já tinha gasto duzentos e cinquenta mil euros em limpeza de terrenos privados nos últimos anos. Neste sentido, perguntou: se a Câmara Municipal está a notificar os proprietários antes de fazer a limpeza dos terrenos? Com que antecedência? Quantas notificações já enviou este ano? Se há valores avultados em dívida? Para terminar, a questão que colocou prende-se com algo recorrente, a situação da recolha do lixo e da limpeza. Por um lado, chamar à atenção que continua a haver muita falta de limpeza no Concelho e por outro lado, a necessidade de antes de se fazer a limpeza das bermas, proceder-se à recolha do lixo. A questão que se coloca é que há muita dispersão de plásticos que acabam por ser transformados em microplásticos e acabam por ser muito difíceis de recolher se forem fragmentados antes da sua recolha. Esta é nota de alerta para os senhores Presidente de Junta no sentido de antes das limpezas das bermas procederem a essa recolha de lixo. -----

----- O senhor Presidente da Mesa esclareceu que em relação ao período de intervenção do público, esta situação excepcional da videoconferência e a não recomendação das sessões serem públicas decorrem da lei. A questão de poder dar essa oportunidade ao público foi ponderada, mas o senhor Presidente considera que se fica mais confortável, porque o senhor Presidente da Câmara, a exemplo de outros executivos, tem um programa que tem sugerido e dado respostas a todas as dúvidas levantadas pelos munícipes. Portanto, atendendo a isso, e por questões técnicas, obviamente, não houve essa atenção de permitir que o público, previamente, se pudesse inscrever e colocar as suas questões. No entanto, tomou em boa nota a intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, mas também espera que a realização das sessões por videoconferência não se realizem por muito mais tempo e que em setembro já se possa voltar aos moldes normais, ou seja, a realizarem-se presencialmente. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e abordou, também ele, a questão da recolha do lixo, ou seja, se em relação à consulta prévia já há algum resultado. Havendo algum resultado se é possível dizer já quem foi a empresa que apresentou melhor proposta. Caso não haja resultado algum o que é que está previsto fazer. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que traz três questões. A primeira delas tem a ver com a delegação de competências e qual o ponto de situação em relação a esta situação, em particular em relação à Freguesia de Calvão. A segunda prende-se com o início do novo ano escolar, que o senhor Ministro da Educação quer que inicie presencialmente nos primeiros quinze dias de setembro. O senhor Deputado pergunta: o que é que está a ser preparado? Como é que está a ser preparado este regresso? A terceira, e última questão prende-se com a área da cultura, ou seja, tem estado tudo parado, como é que está a ser preparado ou o que é que está pensado para se poder rapidamente voltar à ação. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e referiu que teve conhecimento que o povo de Bafatá, Guiné Bissau, cidade e Município com a qual Vagos tem um Acordo de Geminção, está a viver numa miséria extrema. Uma vez que o Município de Vagos está geminada com aquela cidade é uma boa altura para, através da Cáritas, proceder a uma valiosa ajuda àquela gente que tanto precisa. O senhor Deputado deixa este apelo ao senhor Presidente da Câmara. No Concelho de Vagos existem perto de duzentos escritores e, por isso, sugere à Câmara Municipal que se crie uma biblioteca de escritores vaguenses aqui na Biblioteca Municipal João Grave ou no Palacete Visconde de Valdemouro, pois é algo que não existe em Vagos. Só a vila de Vagos tem mais de cento e vinte escritores. Por fim, referindo aos incêndios que devastaram grande parte do território é altura de a Câmara Municipal fazer um apelo a todos os proprietários, cujos seus terrenos estão invadidos de matos suscetíveis de serem consumidos pelas chamas, para que cortem o mais rápido possível tudo. O senhor Deputado aconselha, ainda, o senhor presidente da Câmara a ir dar uma volta pelo Concelho e ver o espetáculo degradante junto às estradas municipais e até nacional. Deixa também nota de que já era tempo de resolver a questão das casas florestais no Concelho que estão em ruínas e que a estrada municipal entre São Romão e Ouça precisa de ser reparada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões levantadas pelos membros desta Assembleia Municipal. A questão do Posto Médico do Covão do Lobo e a notícia que saiu no Jornal O Ponto, o senhor Presidente ainda não teve oportunidade de ler, mas o que depreendeu das palavras do Diretor do ACeS Baixo Vouga, na sessão da Assembleia Municipal de nove de junho, é que não desistia da ideia de ter o Posto Médico de Covão de Lobo a funcionar. O senhor Presidente pensa que quando o Dr. Pedro Almeida se referiu a “fim de linha” estar-se-ia a referir ao UCSP de Ponte de Vagos. De todas as formas o senhor Presidente gostaria de manifestar que ainda hoje teve a oportunidade de conversar com o Diretor do ACeS do Baixo Vouga e a questão do Posto Médico de Covão do Lobo continua em cima da mesa e ele até já assumiu publicamente, aos microfones da Vagos FM, que essa é também uma prioridade dele. Fazendo fé naquilo que é a decisão da Administração Descentralizada, que é um objetivo do Governo, não pode a Câmara Municipal deixar de acompanhar esse grande objetivo que é reabrir o Posto Médico do Covão do Lobo. No que toca à Câmara Municipal a intervenção, como o senhor Presidente de Junta sabe, é pouca ou nenhuma nesta matéria, aliás, tanto quanto o senhor Presidente sabe a Junta de Freguesia, a pedido do ACeS Baixo Vouga, fez um forte investimento, tendo em conta o orçamento da Junta de Freguesia, para requalificar o Posto Médico do Covão do Lobo. Neste sentido, não parece que as entidades não falem umas com as outras e, portanto, à partida parte-se do princípio que aquilo que está em cima da mesa é que o Posto Médico do Covão do Lobo é para manter aberto. A única dificuldade, neste momento, prende-se com a ausência de pessoal médico, pessoal de enfermagem e administrativo. Mas ir-se-á continuar nesta luta, a Câmara Municipal ajudará em tudo o que lhe for possível, como assim tem sido, e contará com certeza também com o apoio da Assembleia Municipal, embora esta seja uma questão do Governo e da sua Administração Descentralizada. Quanto ao cruzamento do Covão do Lobo, essa já é uma responsabilidade da Câmara Municipal, tinha algumas questões com a AdRA que estão a ser acompanhadas e resolvidas. Não tem sido um processo fácil, mas no início da próxima semana esse cruzamento será pavimentado. Quanto à Requalificação da estrada Rines-Sanchequias a obra está a entrar na sua fase final, os prazos da empreitada eram até trinta de junho de dois mil e vinte, contudo derivado à pandemia a empreitada teve um pedido de prorrogação do prazo. O pedido de prorrogação de prazo já foi feito, encontra-se nos serviços, mas ainda não chegou às mãos do senhor Presidente. Assim que chegar, obviamente, essa prorrogação será concedida, resta saber se na argumentação usada pelo empreiteiro se pode fazer-se essa prorrogação de forma graciosa ou se isso trará algum encargo para o empreiteiro, mas essa é uma decisão da Câmara Municipal. Em relação à visita da senhora Ministra à zona sul do Concelho, nomeadamente as Freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e Ponte de Vagos e Santa Catarina, em dois momentos diferentes, mas igualmente relevantes e importantes para o Concelho de Vagos: Um foi a apresentação do CLDS, Contrato Local de Desenvolvimento Social, feito em parceria com a Associação BETEL e com a Santa Casa da Misericórdia, a Câmara Municipal é um parceiro destas duas instituições; Outro foi a visita à obra do Agrupamento de Escuteiros de Ponte de Vagos que está quase concluída, o que é um grande incentivo para aquele Agrupamento numa

fase em que até o Movimento Escutismo, e nomeadamente fundador, está a ser muito colocado em causa naquilo que o senhor Presidente considera ser um Movimento absolutamente contrário aos princípios democráticos e de cidadania que devem vingar em Portugal. No que respeita ao orçamento participativo concluirá amanhã um procedimento que está aberto para em relação a uma parte do projeto de Santo André. A abertura de propostas termina amanhã, entretanto, estão a ser adquiridos alguns equipamentos que têm a ver com o Orçamento participativo. Este processo está a ser articulado com a Junta de Freguesia, porque em relação à colocação dos equipamentos ela tem que ser estudada e aperfeiçoada em conjunto. Em relação ao projeto da Ponte de Vagos existe uma questão técnica que tanto quanto se sabe ainda não foi ultrapassada e, portanto, ter-se-á dificuldades em o implementar. A ideia era construir uma espécie de “guarda sol gigante”, mas do ponto de vista estrutural não estavam criadas as condições técnicas para o fazer e, portanto, não se pode avançar para uma obra que possa vir a causar alguns danos materiais e físicos. Enquanto essa questão técnica não for ultrapassada não se pode avançar. Relativamente ao Parque de Autocaravanas na praia da Vagueira lembrou que foi aprovado em sede de Assembleia Municipal, no dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, o Regulamento do Parque de Autocaravanas. Isto que está a acontecer agora é só uma consequência do Regulamento que foi aprovado. Esta questão vai de encontro a algumas medidas que o Governo agora tomou relativamente às Autocaravanas. A legislação das Autocaravanas mudou no âmbito até da COVID e hoje existem muito mais restrições relativamente à circulação e estacionamento. Resumidamente aquilo que se quer nas praias do Concelho é que o estacionamento das Autocaravanas seja regulado e existem várias soluções, para além deste Parque que está a ser contruído, ligadas a Parques de Campismo onde as Autocaravanas podem ficar. Nem é preciso fazer nada, porque a lei já restringe muito mais a circulação de Autocaravanas do que acontecia anteriormente. O que a Câmara Municipal pretende é que as Autocaravanas nas praias do Concelho de Vagos estacionem nos sítios onde podem fazê-lo e que pernoitem nos sítios onde podem fazê-lo. Neste sentido, irá ser apertado o cerco na fiscalização na praia da Vagueira neste período da época balnear. Quanto à questão da fiscalização na estrada Rines-Sanchequias esta é uma fiscalização externa contratada especificamente para acompanhar a obra. A Câmara Municipal também tem acompanhado muito a obra no local, o senhor Presidente tem, ele próprio, ido à obra todas as semanas. Entretanto, o senhor Presidente fez referência a uma questão que o senhor Deputado António Bastião havia colocado na última sessão, relativamente a uns cães vadios na Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, mais concretamente em Santa Catarina, e esclareceu que não havia nenhum registo da presença desses animais. O primeiro registo que houve da eventual presença desses animais foi na sessão de nove de junho e, seguidamente, quer a veterinária quer a pessoa que a acompanha andaram no local e não verificaram a existência desses animais, mas também como são errantes não estão sempre no mesmo local, mas a Junta de Freguesia também não tinha conhecimento dessa situação. No que toca ao 10 de junho e porque é que só foi feito em Vagos e na Praia da Vagueira essa foi uma responsabilidade de uma empresa de Vagos que decidiu tomar essa iniciativa para gravar um videoclip, aliás, isso foi anunciado nas redes sociais

da Câmara Municipal. Uma empresa de Vagos montou aquele palco e fê-lo na Praia da Vagueira e na vila de Vagos. A única coisa que a Câmara Municipal fez foi acompanhar, no âmbito da Proteção Civil, para que não houvesse grandes aglomerados de pessoas, tudo o resto foi da responsabilidade dessa empresa, e não teve nenhum custo para o Município. Quanto à rede de transportes públicos já aqui se falou nesse assunto por diversas vezes e o senhor Deputado António Bastião sabe perfeitamente que no âmbito da CIRA, que houve um concurso público para a Requalificação da Rede de Transportes Públicos e que ficou deserto e vai ser lançado novamente. Essa nova Rede tem presente essas ligações todas que o senhor Deputado falou, porque infelizmente muitas das vezes o que se passa nos territórios, e no caso concreto dos transportes públicos acontecia isso, é que as entidades do Governo Central não ligam às Câmaras Municipais e, depois, nada tem acompanhamento. No caso dos transportes públicos tudo o que havia, quer de registos quer de ligações de rotas, não estava a ser acompanhada pela Autoridade da Rede de Transportes que era o IMTT. Neste momento, essa Autoridade de Transportes é a CIRA e está a fazer esse trabalho de acompanhamento com a Câmara Municipal. Quanto à viatura que a Câmara Municipal adquiriu por sete mil e quinhentos euros, foi adquirida para substituir a do Gabinete Médico Veterinário, que teve um acidente e não teve arranjo. A Câmara decidiu comprar uma carrinha maior, porque assim já serve para outro tipo de serviço, como por exemplo carregar colunas e equipamentos de som quando é necessário. Relativamente à maquete do Palacete Visconde de Valdemouro o senhor Presidente também não tem a certeza que tenha vindo à Assembleia Municipal. O que foi trazido à Assembleia Municipal e discutido, desde sempre, foi a ARU e aqui já estava presente o objetivo relativamente ao Palacete. O Palacete foi discutido em sede de Reunião de Câmara ainda no mandato anterior, foi discutido o projeto, mostradas as maquetes. Portanto, houve uma reunião onde essa questão foi amplamente debatida em sede de Reunião de Câmara que é o Órgão Executivo. Esses assuntos podem ser trazidos ao Órgão Deliberativo, a Assembleia Municipal, mas esses são assuntos da competência do Órgão Executivo, a Câmara Municipal. Em termos de Órgão Executivo o assunto foi levado à discussão numa altura em que o PS tinha um Vereador na Câmara Municipal. Em relação à reparação dos pavimentos em Fonte de Angeão e Covão do Lobo é uma rúbrica que está sempre aberta em sede de Orçamento Municipal e desta vez, essa rúbrica, foi utilizada para reparar um pontão no lugar da Gândara. Quanto à questão das limpezas dos terrenos o senhor Presidente não disse que foram gastos duzentos e cinquenta mil euros na limpeza de terrenos privados. O que disse foi que cerca de duzentos e cinquenta mil euros correspondem a cento e setenta hectares gastos na faixa de gestão de combustível que inclui privados e alguma faixa pública. O custo médio desta operação varia entre os mil e duzentos e os mil e quatrocentos euros por hectare. Aqui inclui-se a faixa de proteção da Zona Industrial de Vagos que ainda agora está a ser limpa. As notificações têm sido feitas, acompanhando a GNR que também faz esse trabalho no terreno. Está-se a aguardar, num terreno que é do Estado, nomeadamente o terreno da antiga Martins & Rebelo, que a limpeza possa ser feita pelo Estado ou, então, ser a Câmara Municipal a efetuar e ter o retorno do pagamento por parte das Finanças e da Segurança Social que são os proprietários. Relativamente

à recolha de RSU's vai ser discutida mais à frente, mas dizer que amanhã entra em operação um novo operador que resulta do ajuste direto da consulta a várias entidades. Esse procedimento concursal foi ganho pela VEOLIA. Em relação à transferência de competências para a Freguesia de Calvão houve algum atraso da Junta de Freguesia no envio de toda a documentação, primeiro para se proceder à transferência de competências propriamente dita e agora andasse a discutir a questão do relatório que tem de ser enviada e analisada pelos serviços. Houve uma troca de e-mails última em fevereiro e, depois, entretanto, com a COVID não se fez esse acompanhamento, mas irá ser feito e a Junta de Freguesia poderá ficar tranquila que receberá o valor em causa. Quanto às casas florestais estas estão abandonadas, mas não é por falta de vontade do Município, que já comunicou ao Governo que pretende ficar com a competência da gestão do património abandonado pelo Estado. Infelizmente, o Governo há mais de um ano que não dá resposta sobre essa matéria, bem como a Estrada Nacional 109 que não tem limpeza nem manutenção porque o Estado não a faz nem passa a transferência da competência para o Município.-----

----- O senhor Deputado Tony Richard Almeida usou da palavra e começou por fazer uma observação em relação ao programa que o senhor Presidente tem nas redes sociais. Considera que esta iniciativa merece uma nota positiva pela possibilidade de o senhor Presidente da Câmara permitir um canal de informação direta com o munícipe. Entretanto, deixou uma questão relativa às vias de comunicação que ficaram danificadas no seguimento das intempéries do último inverno, perguntou pelo ponto de situação do assunto. Agradeceu à Câmara Municipal pela sua pronta atuação relativamente ao Parque da Fonte em Ouca, em particular a bomba elevatória que está lá a ser construída. O senhor Deputado continua a não concordar com o local escolhido para aquela obra, mas também não tem conhecimentos técnicos suficientes para perceber se podia ser noutra lugar. No entanto, agradece a prontidão da Câmara em não permitir a instalação do armário naquele local e a ser deslocado para outro sítio. Não querendo com isto “fazer uma perseguição a armários da AdRA”, mas não quis deixar de se manifestar em relação à colocação de um outro armário da AdRA, neste caso na Rua do Chafariz, na Carregosa, na estrada que liga a Carregosa à Nacional 333, que liga Soza à Palhaça. O senhor Deputado não consegue compreender a colocação daquele armário, porque estão a colocar um armário à beira da estrada já por si ladeado de um muro, num dos lados, e depois do outro lado um armário, com a largura da estrada a ser comprimida naquele sítio. O senhor Deputado tem dúvidas que aquela situação seja segura em termos de prevenção rodoviária. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar usou da palavra e numa primeira nota para reagir àquilo que o senhor Presidente da Mesa disse sobre o período de intervenção do público. A presença das pessoas, e a participação das pessoas, faz falta e com toda a franqueza as pessoas quando querem falar com o senhor Presidente da Câmara dirigem-se à Câmara Municipal, não se dirigem à Assembleia Municipal. Estes são dois órgãos distintos com competências distintas e o Presidente aqui é o Presidente da Assembleia Municipal e não é o Presidente da Câmara Municipal e, portanto, o senhor Deputado reforça a importância e a necessidade de ter as pessoas a poderem intervir. Ainda em relação aos lixos, numa questão mais particular, atrás do Mercado Municipal a

situação continua muito má. Há lá de tudo, desde pneus, todo o tipo de resíduos, até muitos monos e é uma preocupação, principalmente em termos de saúde pública. Relativamente ao Palacete o senhor Deputado percebeu bem a resposta administrativa ou burocrática que o senhor Presidente da Câmara deu, mas os membros da assembleia não estão aqui, propriamente, a servir de notários da Câmara Municipal. Obviamente, que se o processo foi lançado terá cumprido os trâmites legais. Agora, o senhor Deputado estranha que uma obra como aquela, com o custo que tem e a importância que vai ter em termos de cultura, e até em termos arquitetónicos, em Vagos não tenha sido minimamente discutida na Assembleia Municipal nos últimos anos. Neste seguimento, o senhor Deputado pergunta como é que está o processo. Tendo havido várias propostas perguntou quando é o “*timing*” neste momento previsto para o lançamento da obra. Por outro lado, também já vários falaram da questão dos transportes e das praias, o senhor Deputado questionou se este ano também está prevista a ligação de autocarro na praia da Vagueira.-----

----- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra para responder ao senhor deputado Óscar Gaspar, sobre o período de intervenção do público, esclareceu que é a própria lei que define os moldes das reuniões das Assembleias Municipais. Atendendo à época difícil que se vive estão todos a fazer as coisas de forma diferente, porque de facto a vida de todos, neste momento, é diferente. Aquilo que o senhor Presidente disse foi que se ponderou dar oportunidade ao público de se inscrever, só não aconteceu atendendo a que existe esse espaço de respostas por parte do senhor Presidente da Câmara e, portanto, não há aqui nenhuma confusão. Obviamente que o espaço é do senhor Presidente da Câmara, de resposta do senhor Presidente da Câmara, e não da Assembleia Municipal, mas também é certo que a maior parte, para não dizer todas as questões, que tem sido colocadas por parte do público nesta Assembleia Municipal são dirigidas ao senhor Presidente da Câmara.-----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e relativamente aos cães que andam pelas ruas de Santa Catarina houveram pessoas atacadas por eles. Um dos senhores que foi atacado vive na rua que vai para o cemitério. As pessoas vão fazer as suas caminhadas diárias e recebem a visita destes animais o que não é muito agradável e, por isso, é que deixou aqui um alerta. É evidente que a Câmara Municipal não tem culpa, mas tratou-se somente de uma advertência para a situação desagradável. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra para fazer uma pequena observação e aproveitar para fazer uma chamada de atenção à irresponsabilidade das pessoas em relação a esta questão da COVID 19, e chamou à atenção do senhor Presidente da Câmara, como responsável pela Proteção Civil, para aquilo que não tem sido feito. *“Cada um de nós tem de ser polícia do vizinho e de nós mesmos e assumirmos a responsabilidade a respeito do que se está a passar em Portugal, não só em Portugal, mas principalmente em Portugal, e aquilo que se está a passar, e arrisca em dizer, com a camada jovem e com a camada menos jovem. Porque nós temos visto e muitas vezes chamo à atenção, e sou insultado quando tento chamar à atenção para algumas situações, mas eu tenho visto cafés e bares repletos de gente bem perto de mim, com sessenta, setenta pessoas à meia noite, nenhuma com máscara, alguém chamou a GNR, a GNR*

não liga nenhuma, e digo-o aqui em público sem problema nenhum. A GNR foi chamada três vezes e nenhuma das vezes apareceu e se perguntarem como é que eu sei, eu sei porque eu estava em frente e, portanto, sei o que estou a dizer. Portanto, assumo aqui aquilo que estou a dizer com frontalidade e nós todos temos de ser polícias uns dos outros. Esta falsa informação que se cria e depois o desleixo que se está a criar é perigoso para o Concelho de Vagos, é perigoso para cada um de nós, é perigoso para os meus filhos, para a minha mãe... Eu chamo à atenção, à responsabilidade de todos e à nossa responsabilidade de sermos polícias uns dos outros, com moderação como é óbvio. Mas chamo à atenção do responsável da Proteção Civil exatamente para as forças de segurança para aquilo que não tem sido feito e para aquilo que não tem sido fiscalizado por estas forças de segurança.” -----

-----O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra para informar de que duas das questões que colocou não foram respondidas pelo senhor Presidente da Câmara relativas à educação e à cultura. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e começou por responder a uma questão colocada pelo senhor Deputado Basílio de Oliveira sobre a limpeza de terrenos e esclarecer que tem dado muitas voltas pelo Concelho e sabe bem o que se passa em Vagos. Existe legislação no sentido de que até trinta e um de maio a responsabilidade da limpeza era dos proprietários e só a partir dessa data é que a Câmara Municipal pode notificar e fazer a limpeza em substituição dos seus donos e de acordo com o Plano Municipal de Defesa Contra Florestas e Incêndios. De outra forma a Câmara Municipal não pode atuar. Quanto à questão do Parque da Fonte e aos locais onde a AdRA coloca os armários, de um modo geral, a Câmara Municipal analisa os projetos que são enviados pela AdRA. Do ponto de vista técnico a Câmara Municipal não tem recursos que possam analisar o porquê da colocação das infraestruturas em determinados locais, mas analisa os projetos e faz fé naquilo que são os conhecimentos técnicos da AdRA. A colocação de armários, procura-se sempre que se faça em concertação com as Juntas de Freguesia, para que isso cause o mínimo impacto possível. O que aconteceu no Parque da Fonte foi precisamente isso, ou seja, a Câmara Municipal foi ao local, passado poucos dias da Assembleia Municipal, onde esteve também o senhor Presidente da Junta de Freguesia e claramente foi definida uma outra localização para a caixa, porque não fazia sentido onde estava e recolocou-se o armário de onde ele nunca devia ter saído. No que respeita aos lixos por trás do Mercado Municipal tem sobretudo a ver com uma questão de educação ambiental. Como se sabe é uma matéria onde se tem de reforçar a ação, mas, obviamente, a Câmara Municipal não pode fazer nada contra a falta de civismo de algumas pessoas. Infelizmente, o que acontece atrás do mercado Municipal não é caso único, existem espalhados pelo Concelho muitos casos iguais. Quanto à questão do Palacete e à acusação de ter sido dada uma resposta administrativa ou burocrática não deixa de ter piada, muito mais vinda do PS essa acusação, porque se há grupo municipal nesta Assembleia Municipal que leva sempre ao extremo máximo esta questão é precisamente o PS. Aquilo que o senhor Presidente disse, e afirmou, é que depois de se ter discutido esse assunto na Área de Reabilitação Urbana e no ORU, que também foi aprovada em

sede de Assembleia Municipal, houve reuniões da Câmara Municipal onde o assunto foi debatido, até do ponto de vista estratégico. Do ponto de vista estratégico a definição é muito antiga, do tempo da aprovação do ORU e da ARU e está vertida no projeto que foi verificado e teve a opinião de todos os Vereadores no mandato anterior. Mais transparente e mais próximo daquilo que é a opinião depois de analisado o projeto, não mais se podia ter feito. Para além dos condicionalismos que advêm dos fundos comunitário que como se sabe tem regulamentos muito rigorosos que às vezes vão mudando mediante a passagem do tempo, mas que ainda assim a Câmara Municipal tem de os enquadrar nesses mesmos regulamentos para ir buscar os fundos comunitários. Quanto à questão do autocarro para a praia da Vagueira a Câmara Municipal está a analisar se existem condições de segurança para poder fazer esse transporte. Se estiverem reunidas as condições de segurança com certeza haverá autocarro. Caso não estejam reunidas condições de segurança não haverá, como é óbvio, autocarro para a praia da Vagueira. Relativamente à questão da educação e o que é que está a ser feito em Vagos, parte das questões já foram respondidas na última sessão da Assembleia Municipal. O que tem sido feito é procurar responder de forma proativa às necessidades e para tal foram adquiridos computadores e routers e entregues, a título de empréstimo, às famílias que precisavam. Entretanto, está-se a preparar o início do ano letivo, rodeados de uma grande incógnita, não havendo ainda definições claras por parte do Ministério da Educação, mas a Câmara Municipal já está a avançar com alguns potenciais projetos para poder proporcionar que essas novas tecnologias possam chegar a todos os alunos. Do ponto de vista da cultura está-se a trabalhar afincadamente para ver se é possível ainda nesta época balnear proporcionar alguns momentos culturais a quem visita Vagos, porque a cultura não pode ser abandonada neste momento. Este é um momento frágil para a cultura Vaguense e para a cultura nacional e, portanto, há que estar preparados para ajudar aqueles que tantas vezes têm colaborado com a Câmara Municipal. Em relação ao que foi dito pelo senhor Deputado Juan Martins o senhor Presidente subscreve na íntegra o que disse, ou seja, todos têm de ter muita responsabilidade. Também na propagação da informação tem havido muitas notícias que criam o pânico e o alarme social o que é muito negativo. O senhor Presidente pede que todos tentem cumprir ao máximo as recomendações, a Câmara Municipal tem feito trabalho no âmbito da sensibilização. A Câmara Municipal não é a entidade fiscalizadora, de acordo com o enquadramento legal, mas tem feito o acompanhamento, tem feito algumas ações de sensibilização e tem sobretudo acompanhado a GNR dando-lhe condições para fazerem o seu trabalho e dando-lhe o conforto de trabalhar em conjunto com a proteção civil. Não é um trabalho fácil e por isso mesmo é que todos são precisos para diminuir os riscos de contágio. -----

----- O senhor Deputado Tony Almeida voltou a usar da palavra e lembrou que o senhor Presidente da Câmara deixou duas das suas questões por responder: o caso das vias danificadas pela intempérie e outra relativa a um armário da AdRA em Carregosa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder às duas questões. Em relação ao armário da AdRA na Rua do Chafariz terá de ir ao local verificar a situação. Quanto aos danos nas vias a Câmara Municipal ainda está a aguardar, por parte do Governo, a

transferência dos fundos relativos ao furacão Leslie. O senhor Presidente não tem a certeza se essa danificação na via estava contabilizada ou não, mas, de todas as formas, a Câmara Municipal ainda não recebeu o dinheiro referente a essa situação. Há duas questões pendentes que são o Pavilhão Municipal e o muro do Estádio Municipal que aguardam, também, a transferências dessas verbas para serem reparados, mas não sabe se a via Ouca - São Romão está incluída nesse lote. Em todo o caso, essa é uma via que necessita, com alguma premência, de uma intervenção por parte do Município, mas infelizmente a rede viária continua a ser um problema no Município. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

-----F – Período da “ordem de trabalhos” : -----

-----**PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por elogiar o senhor Presidente por uma decisão que teve, como se vê é perfeitamente possível reduzir-se imenso a informação, nomeadamente dizendo que não houve alteração em relação à última. Também se percebe que decorreu muito pouco tempo entre a última Assembleia e esta e que não haja muito de novo a dizer. De qualquer maneira o senhor Deputado considera que o senhor Presidente da Câmara, por vezes, não “vende suficientemente o seu peixe.” Há duas atividades que mereciam destaque neste documento, desde logo a abertura da época balnear, e não é coisa pouca para o Município de Vagos. Para Vagos a época balnear e o turismo são atividades muito relevantes que se devem valorizar. Não se pode num ano “embandeirar em arco “e correr a hastear as bandeiras e depois no outro ano fazer de conta que a questão não aconteceu. A época balnear começou, e felizmente começou bem, e deve começar com todas as regras de segurança. Bastou ir às praias do Concelho este fim de semana para ver que as pessoas aderiram, umas melhor outras pior, é verdade, mas felizmente o verão está aí e é bom que se note que a época balnear está aberta em Vagos. Uma outra nota, que não está na informação do Presidente, é que de acordo com a proposta do PS, o Vagos em Ação Júnior vai voltar e foi lançado no passado dia dezanove de junho. O PS havia interpolando o Presidente da Câmara para reiniciar este projeto e ele vai acontecer. Neste documento consta como boa informação a visita e a presença da senhora Ministra Ana Abrunhosa ao Concelho de Vagos. O senhor Deputado questiona o senhor Presidente no sentido de saber o que é que ele pode adiantar das conversas que teve com a senhora Ministra e de que maneira é que pode ser importante para Vagos esta relação com a Ministra que desde logo tem uma responsabilidade acrescida em termos dos fundos comunitários. Face àquilo que o senhor Presidente disse em relação ao Palacete, dizer que por um lado não há aqui nenhuma informação sobre o processo, uma vez que decorreu durante este mês a abertura das propostas.

Por outro lado, percebe-se que a Câmara diga que todo o processo foi transparente e que todos o conhecem muito bem, mas deixa aqui um desafio, ou seja, perguntar aos Vaguenses se sabem a que é que corresponde esta obra, se sabem o que é que vai ser feito no Palacete Visconde de Valdemouro e se sabem para o que é que vai servir. Esta obra vai ser estruturante e não pode ficar apenas nas reuniões de gabinete, seja da Câmara seja da Assembleia Municipal. Portanto, se poderem fazer, através das redes sociais, um pequeno inquérito o senhor Deputado gostaria de saber quantos vaguenses é que sabem o que é que vai ser feito naquela obra. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referindo-se à reunião da CIRA, que ocorreu no passado dia vinte e dois de junho, presencial, que decorreu no Centro de Congressos de Aveiro. Como representante da Assembleia Municipal naquele órgão informou de que foi aprovada a Prestação de Contas de 2019 e a Proposta da Aplicação do Resultado Líquido. Uma reunião longa, bastante longa, que até passou para uma próxima reunião onde se vai estudar e propor uma reflexão e um debate sobre Portugal 2030. É um documento estratégico para a Região da CIRA e onde se vão procurar traçar objetivos para a próxima década. Em relação à informação do senhor Presidente da Câmara era exatamente isto que o grupo municipal do CDS-PP já falava há algum tempo, isto é, neste caso mais acelerada, porque a última reunião foi há tão pouco tempo que não daria para acrescentar muito mais do que aqui está. Mas é um bom exemplo de que quando as coisas ficam “todas na mesma” que não vale a pena ter trinta páginas quando pode ter só cinco ou seis. Entretanto, partilhou um documento com a análise financeira que fez, onde explica a dívida a empreiteiros e a fornecedores. Há aqui uma evolução total das dívidas a fornecedores e a empreiteiros. Desde a última informação para cá houve algumas liquidações de alguns valores substanciais. O senhor Presidente havia dito que se iam agilizar os pagamentos porque a Câmara Municipal ia receber a primeira tranche do pagamento do IMI. Neste sentido, o senhor Deputado queria perceber se o senhor Presidente podia dizer se sabe ao certo o valor que a Câmara Municipal recebeu nesta primeira tranche. E isto porquê? Para que se possa perceber se há um esforço acrescido da Autarquia no pagamento a fornecedores e empreiteiros ou se efetivamente o que é que representa no valor recebido estes adiantamentos. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu-se ao Vagos Convida, porque as pessoas vão começar a ver um panfleto e um símbolo. O CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social – tem a coordenação da Santa Casa da Misericórdia de Vagos, a execução da Associação BETEL e com a parceria da Câmara Municipal de Vagos é um programa que visa o território que foi afetado por calamidades e fazer a coesão social da população. É um programa muito importante para o Concelho de Vagos e tem a duração de trinta e seis meses. A apresentação do programa teve a presença da senhora Ministra Ana Abrunhosa e do Diretor da Segurança Social e foi profícua porque houve a oportunidade de fazer algumas reivindicações, por exemplo ao Diretor da Segurança Social, aos Técnicos da Segurança Social e à própria Ministra, de algumas coisas que não estavam a correr tão bem e que é preciso corrigir. Houve um compromisso por parte da senhora Ministra em rever algumas questões, como por exemplo o financiamento das IPSS's, dos programas que as IPSS's estão a ser ofuscadas pelas empresas no

sentido de que se fala muito das empresas e esquecem as IPSS's. Todas as IPSS's do Concelho de Vagos, e do país, estão com esse problema. Há muitas IPSS's que estão com despesas de mais de mil euros em EPI's por mês. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que em relação ao Vagos em Ação Júnior começou ontem e esteve-se a aguardar por aquilo que são as necessidades de regulamentação da nova legislação neste tipo de atividades. Por isso é que não pode ser anunciado mais cedo. Sobre as conversas com a senhora Ministra o senhor Deputado Juan Carlos ajuda à justificação porque é que a informação tem de ser mais alargada porque, de facto, aconteceram muitas coisas, embora o PS não se tenha feito representar ao contrário do CDS-PP e do PSD, pelos menos nos Escuteiros de Ponte de Vagos. A seleção de convites foi limitada por imposição da senhora Ministra, e muito bem, e a Câmara Municipal obviamente subscreveu essa limitação de convidados. Foi reforçada a necessidade de fundos na coesão territorial para que não sejam só clicados no interior esquecendo alguns Municípios do Litoral. O senhor Presidente até defendeu algumas alterações na Lei das Finanças Locais e deu até o exemplo do Município de Vagos em comparação com o Município de São João da Madeira. Estes dois Municípios têm exatamente o mesmo número de habitantes e a verba, são cerca de cinco milhões de euros que São João da Madeira vai receber este ano do Orçamento de Estado, em comparação com os sete milhões de euros que Vagos vai receber, é bom ver que nos 8km² de São João da Madeira a aplicação desse dinheiro dá até “para substituir as flores todos os quinze dias”. É muito mais difícil fazer a gestão desse valor nos 165 km² que Vagos tem. Em relação à questão do Palacete o senhor Presidente pede ao senhor Deputado Óscar Gaspar para fazer um inquérito à população, porque não há assunto mais falado desde que é Presidente de Câmara e desde que se anda com esta história do ORU e da ARU. Se a avaliação for feita por aquilo que as pessoas participam ou não participam então o melhor avaliador é a participação pública no âmbito do Plano Diretor Municipal que como todos sabem, infelizmente, é nula. Outro exemplo muito recente foi quando se elaborou o Plano Estratégico do Município onde praticamente aqueles que intervieram no processo quando ele foi aberto a toda a gente foram praticamente os que estão hoje aqui nesta sessão da Assembleia e pouco mais. O que se tem de fazer é incentivar as pessoas a participarem cada vez mais nos processos e saber que o poder executivo tem o poder executivo, o poder deliberativo tem o poder deliberativo e as pessoas têm o poder de participar, e devem participar, e depois têm o poder de votar nas propostas que considerem mais adequadas para o seu território e isso fazem-no de quatro em quatro anos. Em relação ao montante exato da receita do IMI, este mês, o senhor Presidente não tem presente o valor, poderá fazê-lo na próxima sessão, mas é o maior volume. Este pagamento é dividido em três tranches e este é o mês do maior volume e, por isso, foi possível liquidar uma série de pagamentos durante este mês, porque é o mês em que há mais receita. Foi feito um esforço para pagamento a empreiteiros, fornecedores e IPSS's e agora irá ser feito um esforço para pagamento às Juntas de Freguesia que também têm sido parceiros estratégicos. A Câmara Municipal deu prioridade às IPSS's porque, como o senhor Deputado Juan Martins disse, e muito bem, têm feito um esforço colossal por parte destas instituições e a

Autarquia não quis deixar de acompanhar esta atitude. Se os recursos financeiros fossem mais a Câmara Municipal poderia fazer outro tipo de pagamentos, mas agora fez o que lhe era possível. –

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 18 de junho de 2020. -----

----- **PONTO DOIS: COVID 19 ISENÇÕES;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que este documento comporta as sugestões dos vários partidos e em boa hora que vêm. A questão que deixou é se o senhor Presidente tem uma estimativa do impacto financeiro que estas medidas terão até trinta e um de dezembro. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que este documento é um agregado de sugestões e normas que visam otimizar e implementar uma nova dinâmica na economia local. O grupo municipal do CDS-PP, basicamente, concorda com tudo o que aqui é apresentado. Contudo, solicita um esclarecimento relativo ao ponto quatro do despacho onde o senhor Presidente fala de uma forte abordagem motivacional e ao orgulho de ser Vaguense, promover os produtos e que possam ser adquiridos pela “nossa gente”. O senhor Deputado considera que é uma boa medida, mas deve-se ir mais longe. Em relação à questão dos pagamentos a fornecedores e empreiteiros o senhor Deputado quis saber exatamente a quantificação do valor do IMI para tentar perceber até que ponto é que a Câmara Municipal foi mais longe do que podia ou se efetivamente estaria a fazer um esforço adicional sobre isto. Como disse a DGAL, há uns meses atrás, o prazo médio de pagamentos do Município de Vagos demora em média oitenta e um dias a pagar a fornecedores quando a média nacional é de vinte e sete dias. Numa altura destas de pandemia seria muito mais importante haver um sinal da própria Câmara Municipal de agilizar este tipo de pagamentos. O que o grupo municipal do CDS-PP propõe é haver um pagamento das faturas a fornecedores e empreiteiros mais efetivo e mais rápido. Até mesmo este tipo de novas compras que estão a ser feitas, por parte da Câmara Municipal, dos EPI’s saber se estes valores estão a ser pagos logo após a validação das faturas, independentemente do prazo contratual. Esta seria uma boa medida de apoio ao comércio local e às empresas do Concelho se fosse mais agilizado e mais rápido esse procedimento para aumentar a liquidez dos comerciantes vaguenses. No documento fala de uma plataforma de apoio ao comércio local e o que se sabe é que ao comércio local hoje em dia há quase uma bipolarização do comércio: de um lado estão os hipermercados do outro lado está o chamado comércio local e o comércio tradicional. O que acontece depois é que se misturam um pouco porque o comércio tradicional das pessoas que ainda não entraram nesta nova dinâmica da internet e da publicitação on-line dos seus negócios, o chamado mesmo comércio tradicional. Quando se fala desta plataforma de apoio o que o senhor Deputado quer saber é como é que o comércio tradicional, porque esta nova vaga de comerciantes já se sabe que vai ser fácil para eles porque já têm páginas na internet ou já têm sites de venda on-

line, como é que vai ser apoiado. A plataforma pode segmentar e criar um fosso, ainda maior, entre o chamado comércio que se pode adaptar a este tipo de tecnologias e aquele que não se adapta, aquele que é o verdadeiro comércio tradicional e que depois acaba por não ter esta divulgação on-line. Será que a Câmara Municipal irá ter aqui um género de gabinete de apoio para este tipo de comerciantes que quiserem entrar nesta tal plataforma, apesar de não terem os sites on-line, ou só se vai ter mais do mesmo e esta plataforma não é mais do que a replicação dos comércios que já têm a divulgação on-line? Perguntou. Outra questão prende-se com o fornecimento dos EPI's onde fica uma dúvida, porque diz no documento que há o "fornecimento de EPI's para todos os estabelecimentos comerciais e prestação de serviços ao domicílio." O grupo municipal do CDS-PP quer saber de que forma é que isto está a ser feito. Já se sabe que está a ser implementado, mas pretende saber se daqui para a frente vai haver alguma candidatura ou a forma de fazer chegar vai ser mais ou menos avulso, vai haver quotas para trabalhadores nas empresas e nos comércios ou será por número de m2 de área comercial. Quando se fala de todos os estabelecimentos comerciais há uma dúvida que fica no ar, ou seja, em relação aos hipermercados, a Câmara Municipal também vai apoiar este tipo de estabelecimentos? Pergunta. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por perguntar ao senhor Presidente se já teve oportunidade, de forma mais concreta, de poder verificar que balanço é que faz das poupanças que esta crise poderá, eventualmente, permitir à Câmara Municipal decorrentes da não realização de alguns eventos/atividades. Como é evidente tem de haver aqui um encontro daquilo que se investe e daquilo que se deixa de gastar com esta crise e perceber que tipo de articulação é que está a ser feita entre essas duas vertentes. Em relação às taxas que são apresentadas, os montantes anuais já pagos devia ter uma data limite, apenas para haver um controlo mínimo. Nas matérias relacionadas com a edificação e com a urbanização que não seja apenas prorrogação e se possível uma simplificação também na recolha de documentos. Na plataforma proposta está-se aqui a ver uma ideia, portanto nem o desenho nem a proposta estão em andamento, ou seja, o que se vai votar é uma ideia de se criar uma plataforma e é preciso saber um pouco mais sobre o seu funcionamento, quando é que estará pronta, como é que vai funcionar, um pouco também na linha do que foi dito pelo senhor Deputado Jorge Pereira. A Câmara Municipal também deverá ter, com certeza, interesse em facultar aos membros da Assembleia Municipal e às Juntas de Freguesia os links para registos para que depois a missão da plataforma possa ser bem concretizada. Como este plano não inclui apenas um grupo de isenção de taxas, também teria eventualmente, tido a oportunidade de através de outro tipo de isenções ou de outro tipo de medidas de direccionar mais apoios às famílias carenciadas, como o PS tem vindo a falar, neste período que se tornou um pouco mais difícil para as economias familiares. O PS incluiu na missiva que enviou à Câmara Municipal, questões relacionadas com a habitação social. É necessário, nesta fase, ter uma atenção especial com quem esteve, ou está, em lay-off ou que ficou desempregado. Havendo apenas neste documento uma referência à isenção, outros tipos de medidas mais alargadas poderiam ter sido apresentadas e nesse sentido saber se o senhor Presidente tem abertura para dirigir este apoio a famílias mais carenciadas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder aos esclarecimentos solicitados. Em relação à estimativa direta da verba que a Câmara Municipal deixou de encaixar são cerca de cinquenta mil euros. Depois a somar a esta verba de cinquenta mil euros há uma outra de cerca de noventa mil euros que está protocolada com o NEVA para tomar uma série de medidas cujo algumas delas estão aqui espelhadas e já foram veiculadas em vários meios de comunicação social, nas redes sociais do Município, etc.... Sobre a questão dos pagamentos, obviamente, que quando a Câmara Municipal tem disponibilidade de tesouraria não fica à espera nem guarda o dinheiro. Infelizmente a Câmara Municipal não tem tido, fruto das circunstâncias do passado, a oportunidade de “aforrar” dinheiro e aquilo que vai tendo vai investindo e vai procurando colocar o dinheiro naquilo que são as prioridades e ainda assim os recursos que tem são escassos. Em relação à forma como está a ser feita a distribuição do apoio ao comércio local, esta começou a ser feita por freguesia e pelos estabelecimentos que tinham a porta aberta e que atendiam pessoas. O material que foi distribuído foram viseiras. Para além desta iniciativa que a Câmara Municipal tomou, aproveitou também para promover uma ação de sensibilização em todos os comércios que tinham a porta aberta e também para dar a conhecer esta plataforma que vai ser lançada e que não irá ser necessário que sejam pessoas jovens e que a ação seja feita por essas pessoas. Não será meramente replicar aquilo que já existe na internet, será criar um espaço onde se possa divulgar todo o comércio local e aí o esforço da Câmara Municipal e do NEVA será também de fazer a referenciação e poder fazer algum trabalho para precisamente poder contemplar todos os estabelecimentos comerciais. Por isso, é que também se está a incentivar, juntamente com o NEVA, para que as pessoas possam fazer a candidatura ao Programa ADAPTAR, que é o programa do Governo que permite que as empresas se candidatem para adaptar os seus estabelecimentos comerciais às medidas necessárias por causa do COVID 19. Este trabalho está a ser feito em conjunto com o NEVA numa relação de proximidade que se estende, também, à época balnear. Relativamente à data ela está bem explícita no documento, o limite é dois mil e vinte. Em relação às famílias carenciadas, já foi aqui falado por diversas vezes na última sessão da Assembleia Municipal todo o trabalho que foi realizado junto dos mais necessitados, nomeadamente na distribuição de computadores e routers, na área da educação, e um conjunto de outras medidas que estão muito bem referenciadas naquilo que foi a comunicação que a Câmara Municipal fez na última sessão. No que respeita à habitação social esta tem regulamentação própria, aprovada em Assembleia Municipal. Portanto, se houver alguma mudança significativa naquilo que é constituição do agregado familiar ou aquilo que são os rendimentos do agregado familiar a renda será ajustada automaticamente não requerendo nenhuma medida especial. Por isso, não faz nenhum sentido tomar medidas especiais em relação à habitação social, porque existe, no enquadramento atual, possibilidade de fazer esse reequilíbrio caso seja necessário, basta que a pessoa interessada o solicite. Em termos de habitação social está a ser feito aquele trabalho de requalificação do Bairro Social Dr. Pedro Guimarães no valor de meio milhão de euros. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que em relação a este ponto a questão essencial é que todas as medidas tomadas para combater quer a crise sanitária como a crise económica decorrente da COVID 19 são bem-vindas. Só se vai conseguir sair bem desta crise se todos estiverem unidos, fortes e determinados a combater a crise e a combater os impactos económicos. Portanto, anda mal quem pretende estar aqui com pormenores e a pôr as coisas em causa. Outro ponto essencial é que se deve apoiar mais, quem mais precisa. Na última Assembleia Municipal houve uma chamada de atenção de que há muitas Câmaras que concedem isenções ou reduções das rendas, da água, da luz e gás e é isso que o senhor Deputado pensa que continua a fazer falta em Vagos e havendo essa disponibilidade da Câmara Municipal seria uma medida a adotar, não como generalizada, mas para quem mais precisa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que só pode estar de acordo com o que o senhor Deputado Óscar Gaspar disse, deve ajudar-se só quem realmente mais precisa. A Câmara Municipal deve guardar os recursos para ajudar aqueles que mais precisam e nunca tomará medidas que sejam aplicadas genericamente a todos, o bom uso dos dinheiros públicos deve ser exatamente esse, ajudar os que mais precisam. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 18 de junho de 2020. -----

----- **PONTO TRÊS: ALIENAÇÃO DE TERRENOS – GAFANHA DA BOA HORA;** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara fez a apresentação inicial e o senhor Presidente da Câmara Municipal depois complementou, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais.

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que a concretizar-se a venda destes terrenos seria uma excelente notícia para a situação económica do Município, uma vez que iria permitir uma injeção de capital a pronto nos cofres da Câmara Municipal numa primeira fase. A concretizar-se todo este projeto a médio e longo prazo criar-se-ia um novo foco de investimento e emprego em áreas tão diferenciadoras, como é a saúde e o turismo no Concelho de Vagos. Desta forma o grupo municipal do CDS-PP dá “carta verde” ao senhor Presidente para liderar este processo defendendo da melhor forma os interesses do Concelho. O grupo municipal do CDS-PP deixa uma pequena nota de uma proposta de atuação para apreciação do senhor Presidente, ou seja, a confirmar-se esta venda gostaria de ter a garantia de que iria levar em conta de que este valor angariado com a venda seria para ser investido na totalidade em novas obras do Município e não para sustentar despesa corrente. Por exemplo, a Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro que irá ter um custo de 3,2 milhões de euros e visto que tem 1,9 milhões de euros de financiamento europeu garantido, o Município terá de ir à banca buscar 1,3 milhões e se estes setecentos e cinquenta mil euros fossem aplicados na totalidade desta obra o valor do empréstimo baixaria para quinhentos e cinquenta mil euros, reduzindo no serviço da dívida do Município, desafogando assim o Executivo. O senhor Deputado pergunta se ao senhor Presidente lhe agrada

esta situação e se tudo correr bem se este valor será aplicado, não em despesa corrente, mas em despesa de investimento. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que tendo em conta a sugestão e a proposta feita na última sessão da Assembleia Municipal, de retirar o ponto e vir aqui com uma sugestão da Câmara Municipal, o senhor Presidente atendeu ao pedido e foi isso que fez, ou seja, apresenta uma sugestão. O grupo municipal do PSD irá aprovar a alienação dos terrenos por ajuste direto no valor dos setecentos e cinquenta mil euros, mas também não é só os setecentos e cinquenta mil euros, é mais o imposto. A estes três pontos, acrescentaria a questão do pagamento, portanto, aceitar a proposta que está, pelo valor que está, com o pagamento que é sugerido pelo comprador, a pronto pagamento e por via de cheque visado. Quanto à utilização, o senhor Deputado tem a certeza que quando a população de Vagos votou no PSD e no senhor Presidente da Câmara foi exatamente para gerir a Câmara Municipal e, por isso, tem a certeza que a aplicação será feita de acordo com aquilo que tem sido feito, que é uma aplicação correta dos dinheiros do Município. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir com esta última parte da intervenção do senhor Deputado Juan Martins até “estremecemos”, se o dinheiro é para gastar assim. Entretanto, revelou que não quebrará nenhum “segredo de Estado” se disser que foi informado na última Assembleia Municipal que este ponto seria retirado. Portanto, antecipadamente sabia-se que o ponto iria ser retirado da ordem de trabalhos. Relativamente ao que se está hoje a ver e a avaliar tem duas questões a fazer, mais técnicas do que políticas. A primeira questão é saber se uma venda direta está totalmente enquadrada e não há nenhum tipo problema legal em a Câmara Municipal poder avançar, supondo também que deve haver uma avaliação de base com preço de referência. A segunda questão, que não compreendeu bem, tem a ver com as plantas que foram enviadas aos membros da Assembleia Municipal e referem que o plano tem previsto uma série de habitações bi-familiares e também instalações para comércio e serviços. O senhor Deputado não percebeu se estes lotes estão incluídos naquilo que se pretende agora alienar e se o eventual comprador também está consciente do que está no plano. O que se verifica no documento que o potencial comprador enviou à Câmara Municipal só fala em residências séniores e em hotel. Neste sentido, fica a dúvida se também é para fazer o resto. O senhor Deputado não concorda muito com a intervenção do senhor Deputado Jorge Pereira, ou seja, a questão é a fazer-se será um bom negócio, não tanto pela parte financeira, obviamente muito importante, e deve salvaguardar os interesses patrimoniais do Município, em prol do desenvolvimento e ao potencial de criar um novo polo de desenvolvimento não apenas para aquela Freguesia, mas para todo o Concelho. -----

----- O senhor Deputado Hermes Fernandes usou da palavra e referiu que este é um excelente negócio para a Câmara Municipal de Vagos e uma grande mais valia para a Freguesia da Gafanha da Boa Hora. Ao mesmo tempo questiona se há mesmo certeza de que estas obras irão ser feitas. Ao contrário do senhor Deputado Jorge Pereira não concorda muito que o dinheiro seja gasto só em Vagos, mas também em algumas infraestruturas na Freguesia da Gafanha da Boa Hora,

nomeadamente na criação de um Parque Desportivo. Esta planta já é de dois mil e dez onde está previsto um campo de futebol e até agora ainda não foi construído. Neste contexto, seria importante ter uma infraestruturas deste tipo pois seria uma mais-valia e a juntar a isto a concretização deste excelente negócio. -----

----- O senhor Presidente pediu autorização para que uma das questões seja respondida pelo senhor Vice-Presidente uma vez que lhe foi dirigida, e ele responderá de seguida às restantes. ----

----- O senhor Vice-Presidente usou da palavra e esclareceu que os lotes de comércio estão incluídos e, como se pode verificar, serão de apoio ao loteamento. Assim que o loteamento tiver todas as habitações e começar a ser utilizado precisará de infraestruturas de apoio, não só equipamentos, mas também de comércio. Quem elaborou o plano de pormenor previu esta situação. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. Em relação à venda direta o artigo 25º nº1, na alínea i) da Lei 75/2013 diz *“Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º.”* portanto, sob este ponto de vista é uma competência da Assembleia, por causa do ponto de vista do valor, porque se fosse um valor menor podia ser uma competência só da Câmara Municipal. Portanto, nesse aspeto podem todos ficar tranquilos. Em relação ao que se passou na última sessão da Assembleia Municipal, é verdade que havia sido combinado que o ponto ia ser retirado. O senhor Presidente não faz ideia porque é que o senhor Deputado Óscar Gaspar chamou isso à coação, se foi pelo facto do colega de bancada ter dito que era uma vergonha como o ponto foi apresentado na Assembleia Municipal quando havia sido previamente combinado que o ponto ia ser retirado. Houve aqui um mal-entendido, mas foi dentro do grupo municipal do PS. Relativamente às intervenções feitas, genericamente, o senhor Presidente concorda com todas, com o senhor Deputado Hermes Fernandes a defender um determinado tipo de investimentos, o senhor Deputado Juan Martins também a defender o investimento. Obviamente, que se esse dinheiro entrar será para investimento. Neste momento, está-se aqui a lidar com uma expectativa, houve uma proposta, concreta, é verdade, depois da autorização da Assembleia Municipal iniciar-se-á os contactos. A proposta apresentada pelo senhor Deputado Juan Martins merece a concordância do senhor Presidente e ficou absolutamente claro nos três pontos da proposta, mas pedia ao senhor Presidente da Mesa para acrescentar esse quarto ponto à proposta, ou seja, o negócio será feito contra pagamento. Aliás, isso até é algo que o Executivo até já tinha conversado. A condição principal do senhor Presidente era precisamente que o negócio fosse feito com mediante pagamento imediato, portanto vende-se os terrenos recebe-se o dinheiro e é essa a questão. O senhor Presidente concorda que se acrescente esse ponto e até se os senhores Deputados assim o entenderem pode-se acrescentar um outro que é o limite a esta autorização ao período de um ano, não faz sentido a Câmara Municipal ter esta autorização eternamente. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e esclareceu que para além do artigo 25º nº1, na alínea i) da Lei 75/2013 o Regimento da Assembleia Municipal no artigo 2º, nº2 alínea i) também tem a transcrição clara desse artigo. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e perguntou ao senhor Presidente da Câmara como é que foi definido o preço que esteve na base desta proposta da Câmara Municipal e qual é o processo que conduz a este preço, se é uma reação á proposta. O senhor Deputado compreende que este processo tem de ter uma negociação que tem de decorrer com a reserva necessária. Ao senhor Deputado preocupa algumas questões que foram aqui colocadas, que tem que ver com o pronto pagamento, nos termos em que foi feito e agora com esta nota de que em poucos meses. O que considera importante é que se verifique sempre a idoneidade da empresa, e com certeza que a Câmara Municipal o irá fazer, a verificação da credibilidade das propostas. No entanto, deixa-o um pouco apreensivo a forma como isto está aqui a ser colocado. Aquilo que se definiu na última Assembleia Municipal foi para trazer aqui um pouco mais de informação, e não um *e-mail*, e o que se trouxe aqui foi uma proposta da Câmara Municipal e não mais do que isso. Uma outra dúvida é sobre, se efetivamente, a empresa tem que fazer tudo, inclusive as habitações que estão propostas no plano e não apenas a parte do hotel e do alojamento sénior. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que houve aqui um mal entendido ou então explicou-se mal. A mensagem que o grupo municipal do CDS-PP pretende passar é que caso o negócio se concretizar, os setecentos e cinquenta mil euros não são obrigatoriamente gastos na Freguesia de Vagos, e quem faz as opções e quem está eleito para governar é o Executivo PSD, e a proposta que apresentou era figurativa. Caso se realiza a venda encaixa-se o dinheiro e depois deve-se investir no Concelho de Vagos seja em freguesia for, ou seja, o importante é usar esse dinheiro para investimento. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que independentemente do tipo de investimento com certeza que o valor do negócio, caso se concretize, será para investimento. Esse dinheiro, a entrar, será a aplicar em investimento e obviamente terão de ser definidas as prioridades, mas esse compromisso fica assumido não há qualquer problema. Em relação ao preço é a resposta a uma proposta concreta que foi apresentada por um interessado. Está um pouco na lógica do concurso público feito em dois mil e doze por oitocentos e cinquenta mil euros que ficou deserto. Atendendo às circunstâncias a opinião que foi aqui veiculada, quer do senhor Deputado Jorge Pereira quer do senhor Deputado Juan Martins, é que setecentos e cinquenta mil euros será um bom negócio tendo em conta também tudo aquilo que o senhor Deputado Óscar Gaspar referiu aqui, nomeadamente os impostos e a dinamização económica daquele espaço que neste momento não é aproveitado. Em relação às infraestruturas o que está na proposta é muito claro, ou seja, tudo o que diz respeito a infraestruturas tem de ser o comprador a fazer. O comprador adquirirá a capacidade edificativa e não se pode definir aqui os prazos para investimento nessa capacidade edificativa. A Câmara Municipal vende os terrenos encaixa setecentos e cinquenta mil euros, mais aquilo que vier a seguir, e não tem mais nenhuma responsabilidade sobre aqueles lotes. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com a abstenção do grupo municipal do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 18 de junho de 2020. -----

----- **PONTO QUATRO: CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL E LIMPEZA URBANA - AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES - MUNICIPIOS DE ALBERGARIA-À-VELHA, OLIVEIRA DO BAIRRO E VAGOS – CPI 2/2020.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que é de esperar que desta vez a escolha seja a acertada e que tudo corra bem, porque a proposta anterior foi um fracasso. Este assunto vinha a todas as Assembleias Municipais e fala-se em todos os lugares do Concelho pela ineficácia e a falta de rigor do serviço prestado. Ao longo dos tempos os contentores estavam danificados, não era higienizado, as passagens para recolha eram muito vagas e agora para o fim, já o contrato estava a terminar, é que o serviço começou a melhorar. Agora, o que se espera é que esta nova empresa tenha uma nova maneira de trabalhar, mais eficaz e eficiente, e que este assunto volte à Assembleia Municipal por bons motivos e não por maus motivos como tem vindo nos últimos anos. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que a discussão deste assunto já é recorrente. Em relação a este novo contrato há algumas alterações. Nas Assembleias Municipais onde este contrato já foi aprovado, em Oliveira do Bairro e Albergaria-A-Velha, houve uma questão que se colocou que foi, pelo preço que é feito, saber da disponibilidade de ser um serviço municipalizado em vez uma contratação de uma empresa externa. É óbvio que a área do Concelho de Oliveira do Bairro não é a do Concelho de Vagos. O senhor Deputado ao ler o que tem, defende como sempre defendeu a questão de contratar os serviços externos, em termos de eficiência e eficácia não seria melhor se prestado pelo Município.-----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que este assunto é de extrema importância. Não se está apenas a falar de um concurso, mas sim de um procedimento, algo que tem a ver com a vida dos Vaguenses, com conforto e bem-estar e com questões de salubridade e saúde pública. Não é por acaso que a questão dos resíduos, dos lixos, tem estado em todas as Assembleias Municipais e, portanto, espera-se que hoje seja um passo para resolver este problema. O senhor Deputado pediu ao senhor Presidente que explicasse, mais uma vez, porque é que o concurso é feito em conjunto com Oliveira do Bairro e Albergaria-A-Velha. Não sendo exatamente um trio óbvio, não há territórios contíguos, como é que se chegou a esta solução. No anexo IV, em relação às festas populares, saber se ainda há a hipótese de fazer aqui algum tipo de ajustamentos e fazer um levantamento exaustivo de todas as festas, porque em alguns casos

prevê-se que elas durem três dias, é o normal. Por outro lado, outra dúvida que surgiu é se está previsto algum procedimento específico para os recintos das feiras, nos dias em que estas decorrem. Normalmente são eventos que levam a que haja lixos em excesso e se lá se mantêm por diversos dias acabam por serem levados pelo vento, por animais, etc..., e prejudicam. Outra questão que suscitou algumas dúvidas é o ponto 5.1 do caderno de encargos em que se diz basicamente que o prestador de serviços tem a obrigação de efetuar a recolha dos resíduos junto aos equipamentos e num raio de dez metros. Obviamente que isto tem de estar, mais ou menos, definido e o concessionário tem que se precaver e não pode ir buscar o lixo a quinhentos metros ou a um quilómetro. A questão que se coloca é ao contrário, ou seja, quem é que trata do lixo que não está nesses dez metros dos pontos, se a Câmara Municipal, se as Juntas de Freguesia ou se há aqui um protocolo para outras entidades, nomeadamente as Juntas de Freguesia sem prejuízo de se fazer o tal exercício de pedagogia e que os munícipes cada vez mais coloquem os resíduos nos sítios certos. É certo que há sempre quem não o faça e o que é que acontece nos outros casos? Pergunta. Em termos globais aquilo que interessa é ter-se um procedimento no sentido de se passar a ter um processo de recolha do lixo que se espera que funcione bastante melhor do que aquele que existe atualmente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões dos senhores Deputados. Em relação à questão da escolha é de esclarecer que a Câmara Municipal não pode fazer uma escolha, ou seja, tem de ser feito um concurso público que tem como único critério de escolha o preço. Atendendo àquilo que foi o concurso público que decorreu em dois mil e dezasseis a Câmara Municipal não pode tomar nenhuma escolha porque teve de adjudicar ao preço mais baixo e que não violava o preço anormalmente baixo. O senhor Presidente também defende a estadualização, e não defende só porque sim, defende-a porque é de recordar que em dois mil e dezasseis a Câmara Municipal estava impedida de contratar funcionários, atendendo às circunstâncias que o país atravessava, e teve de tomar a opção com base em determinados critérios que haviam na altura. A escolha dos Municípios de Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha foi porque na altura eram os que reuniam condições para entrar num procedimento concursal e juntaram-se os três para fazer escala. O município de Vagos não quis ir sozinho a concurso e juntou-se a estes dois Municípios. Não é a junção mais natural, mas foi a circunstancial que o momento permitiu. Entretanto, fez-se um balanço positivo e não se viu nenhuma razão para estarem a ir em separado agora. A redução da vigência do contrato de cinco para quatro anos tem a ver com a questão que é fundamental, ou seja, em dois mil e vinte e três o país tem que cumprir algumas metas na recolha dos resíduos orgânicos e esse será o grande desafio na recolha dos RSU's no futuro. O custo da recolha é colocado muito em foco, mas também há uma questão muito importante que é o custo do tratamento, que é bem maior que o custo da recolha. A Câmara Municipal tem de trabalhar na sensibilização, na separação e na recolha de orgânicos porque mais de metade do lixo que é recolhido hoje é lixo orgânico. Obviamente que todos estão de acordo em relação à importância deste procedimento concursal. Em relação à questão das festas, é uma questão de apontamento, porque até no contrato que estava em vigor essa era a matéria onde

havia menos falhas porque havia uma conjugação muito boa entre os serviços da Câmara Municipal e os serviços da Luságua. Assim sendo, não há necessidade de se alterar este critério, bem como a questão das feiras cuja gestão é responsabilidade das Juntas de Freguesia. Tem é de se reforçar os equipamentos em dias de feira, mas não era aí o ponto de reclamação maior relativamente ao prestador de serviços. Em relação ao raio de recolha já mesmo os dez metros devem ser para evitar. O que as pessoas têm mesmo de fazer é colocar o lixo nos contentores e não o deixar no chão, porque isso implica estar “à mão de semear” dos animais errantes, pois quem faz este tipo de trabalho merece todo o respeito. De qualquer das formas a recolha de monos e a recolha de montoeiras está prevista neste procedimento concursal. Este procedimento concursal é muito prioritário para o Município por causa das questões de salubridade e saúde pública como todos referiram e muito bem. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra para perguntar à Câmara Municipal se entende que com esta proposta os Municípios estão suficientemente blindados para interromper o contrato em caso de incumprimento, porque atendendo às experiências passadas, era importante que isso ficasse absolutamente claro nesta proposta. Naturalmente que há mecanismos jurídicos que podem sempre ser acionados, mas pergunta se há alguma coisa que foi reforçada com esta proposta. Para trabalhos complementares é sempre útil utilizar as oportunidades que as economias circulares no âmbito dos programas da União Europeia podem oferecer aos Municípios. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que os mecanismos que estão previstos para rescisão do contrato são os que estão previstos no Código da Contratação Pública e que não causaram qualquer tipo de constrangimento para a rescisão amigável que está em vigor com a Luságua. A relação da Câmara Municipal de Vagos com a Luságua termina hoje e não é, como se sabe, uma relação para recordar. O valor apresentado na altura era bastante baixo e eles não prestaram o serviço com a qualidade que seria exigível. A partir de amanhã há um novo prestador de serviços, com certeza que os primeiros dias serão complicados, mas espera-se que rapidamente possam entrar numa rotina positiva e que possam assegurar todas as condições de recolha no Concelho de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e vinte minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

O Presidente, _____.